



IV Concurso Público de Provas e Títulos ao ingresso na carreira de
Defensor Público Substituto

Nome do Candidato

Caderno de Prova 'A01', Tipo 005

Nº de Inscrição

MODELO

Nº do Caderno

MODELO1

Nº do Documento

0000000000000000

00001-0001-0001

ASSINATURA DO CANDIDATO

PRIMEIRA FASE: PROVA ESCRITA OBJETIVA

INSTRUÇÕES

- Verifique se este caderno contém 100 questões, numeradas de 1 a 100.
Caso contrário, reclame ao fiscal da sala um outro caderno.
Não serão aceitas reclamações posteriores.
- Para cada questão existe apenas UMA resposta certa.
- Você deve ler cuidadosamente cada uma das questões e escolher a resposta certa.
- Essa resposta deve ser marcada na FOLHA DE RESPOSTAS que você recebeu.

VOCÊ DEVE

- Procurar, na FOLHA DE RESPOSTAS, o número da questão que você está respondendo.
- Verificar no caderno de prova qual a letra (A,B,C,D,E) da resposta que você escolheu.
- Marcar essa letra na FOLHA DE RESPOSTAS, conforme o exemplo: (A) ● (C) (D) (E)

ATENÇÃO

- Marque as respostas primeiro a lápis e depois cubra com caneta esferográfica de tinta preta.
- Marque apenas uma letra para cada questão, mais de uma letra assinalada implicará anulação dessa questão.
- Responda a todas as questões.
- Não será permitida qualquer espécie de consulta, nem a utilização de livros, códigos, manuais, impressos ou quaisquer anotações.
- Você terá 5 horas para responder a todas as questões e preencher a Folha de Respostas.
- Ao terminar a prova, entregue ao Fiscal da sala o Caderno de Questões e a Folha de Respostas.
- Proibida a divulgação ou impressão parcial ou total da presente prova. Direitos Reservados.

**Direito Penal**

1. NÃO se inclui dentre as penas restritivas de direito a

- (A) limitação de fim de semana.
- (B) multa.
- (C) perda de bens e valores.
- (D) prestação de serviços à comunidade.
- (E) interdição temporária de direitos.

2. O art. 14, § único, do Código Penal dispõe que “salvo disposição em contrário, pune-se a tentativa com a pena correspondente ao crime consumado, diminuída de um a dois terços”. O percentual de diminuição de pena a ser considerado levará em conta

- (A) a intensidade do dolo.
- (B) o *inter criminis* percorrido pelo agente.
- (C) a periculosidade do agente.
- (D) a reincidência.
- (E) os antecedentes do agente.

3. O agente iniciou a execução de um delito, cuja consumação não ocorreu pela:

- I. Ineficácia relativa do meio empregado.
- II. Impropriedade absoluta do objeto.
- III. Reação da vítima.
- IV. Ineficácia absoluta do meio empregado.
- V. Impropriedade relativa do objeto.

Haverá tentativa punível na(s) hipótese(s) indicada(s) SOMENTE em

- (A) I, III e V.
- (B) III.
- (C) I e V.
- (D) II e IV.
- (E) I, II e IV.

4. Considera-se, dentre outras, causa excludente da culpabilidade

- (A) o erro evitável.
- (B) o exercício regular de um direito.
- (C) o estado de necessidade.
- (D) a legítima defesa putativa.
- (E) a tolerância das autoridades.

5. A respeito do concurso de pessoas, é correto afirmar que

- (A) é necessária a presença no local do comparsa para a configuração do concurso de agentes.
- (B) é necessário o ajuste prévio no concurso de pessoas.
- (C) o Direito Penal brasileiro adotou a teoria unitária.
- (D) o concurso de agentes pode verificar-se após a consumação do delito.
- (E) pode ocorrer coautoria sem vínculo subjetivo entre os coautores.

6. João matou seu desafeto com vinte golpes de faca. Nesse caso,

- (A) responderá por crime de homicídio tentado e consumado em concurso material.
- (B) ocorreu concurso formal de infrações.
- (C) responderá por vinte crimes de homicídio em concurso material.
- (D) deve ser reconhecido o crime continuado.
- (E) responderá por um crime de homicídio.

7. A respeito da Lei nº 7.716, de 05/01/1989 e alterações posteriores, que define os crimes resultantes de preconceito de raça ou de cor, considere:

- I. A perda do cargo constitui efeito automático da condenação por crime resultante de preconceito de raça ou de cor praticado por servidor público.
- II. Constitui crime punido com reclusão de dois a cinco anos e multa, fabricar, comercializar, distribuir ou veicular símbolos, emblemas, ornamentos, distintivos ou propaganda que utilizem a cruz suástica ou gamada, para fins de divulgação do nazismo.
- III. A suspensão do funcionamento do estabelecimento particular pelo prazo de três meses constitui efeito automático da condenação por crime resultante de preconceito de raça ou de cor praticado por seu responsável.

Está correto o que se afirma SOMENTE em

- (A) III.
- (B) I e II.
- (C) I e III.
- (D) II e III.
- (E) II.

8. Na aplicação da pena em crime tentado, o aumento decorrente das causas especiais, também denominadas qualificadoras, incide

- (A) após a aplicação das circunstâncias agravantes e atenuantes.
- (B) após a redução decorrente da tentativa.
- (C) na aplicação da pena base.
- (D) antes da aplicação das circunstâncias agravantes.
- (E) após a aplicação das circunstâncias agravantes.

9. A extinção da punibilidade pela perempção

- (A) pode ocorrer na ação penal privada exclusiva e na subsidiária da pública.
- (B) pode ocorrer antes da instauração da ação penal.
- (C) só pode ocorrer na ação penal privada exclusiva.
- (D) só pode ocorrer na ação penal privada subsidiária da pública.
- (E) aplica-se à ação penal pública.

10. NÃO se inclui dentre as qualificadoras do crime de homicídio a

- (A) asfixia.
- (B) premeditação.
- (C) traição.
- (D) surpresa.
- (E) emboscada.

11. O funcionário público que, mediante grave ameaça com arma de fogo, subtrai um automóvel de um particular, utiliza-o para viagem de turismo e depois o abandona em frente à residência da vítima, comete

- (A) violência arbitrária.
- (B) roubo de uso.
- (C) roubo simples.
- (D) peculato.
- (E) roubo qualificado.

12. O funcionário público, lotado em bilheteria de ferrovia estatal, que falsifica e vende bilhetes de passagem, apropriando-se do respectivo valor, comete crime de

- (A) peculato.
- (B) furto qualificado pela fraude.
- (C) falsificação de documento público.
- (D) falsificação de documento particular.
- (E) apropriação indébita.



13. O crime de furto, com arrombamento em casa habitada, absorve os delitos de dano e invasão de domicílio. Nesse caso, o conflito aparente de normas foi solucionado pelo princípio da
- (A) legalidade.
 (B) consunção.
 (C) especialidade.
 (D) subsidiariedade.
 (E) alternatividade.
-
14. A respeito da Lei Maria da Penha, Lei nº 11.340, de 07/08/2006, é INCORRETO afirmar:
- (A) Aos crimes praticados com violência doméstica e familiar contra a mulher, independentemente da pena prevista, não se aplica a Lei dos Juizados Especiais Criminais, Lei nº 9.099/95.
 (B) O juiz não poderá assegurar à mulher em situação de violência doméstica e familiar, para preservar sua integridade física e psicológica, a manutenção do vínculo trabalhista, por até seis meses, quando necessário o afastamento do local de trabalho.
 (C) Nos casos de violência doméstica contra a mulher, o juiz poderá determinar o comparecimento obrigatório do agressor a programas de recuperação e re-educação.
 (D) Se a lesão corporal de natureza leve for praticada contra quem tenha convivido, a pena será de detenção de 3 meses a 3 anos.
 (E) Constitui circunstância agravante ter o agente cometido o crime com violência contra a mulher na forma da lei específica.
-
15. A respeito do crime de peculato, é correto afirmar que
- (A) a reparação do dano no peculato culposo posterior à sentença irrecorrível reduz de metade a pena imposta.
 (B) o ressarcimento do dano anterior à sentença irrecorrível extingue a punibilidade no crime de peculato doloso.
 (C) é indispensável para a configuração do peculato doloso a prévio reconhecimento do ilícito pelo Tribunal de Contas.
 (D) a apropriação de bens particulares de preso por parte de carcereiro de presidio não configura o delito de estelionato.
 (E) o crime de peculato não admite a continuidade delitiva.
-
- Direito Processual Penal**
16. O inquérito policial
- (A) pode ser presidido por membro do Ministério Público especialmente designado pelo Procurador-Geral de Justiça, quando a apuração do delito for de interesse público.
 (B) é mero procedimento preliminar preparatório e, por isso, o indiciado só poderá defender-se em juízo, não podendo requerer diligências à autoridade policial.
 (C) referente a crime cuja ação penal é exclusivamente privada pode ser instaurado sem representação da vítima, porque a representação é condição de procedibilidade da ação penal e não do inquérito.
 (D) instaurado pela autoridade policial não pode ser por ela arquivado, ainda que não fique apurado quem foi o autor do delito.
 (E) só pode ser instaurado por requisição do Ministério Público quando a vítima de crime de ação pública for doente mental, menor de 18 anos ou incapaz para os atos da vida civil.
-
17. A ação civil
- (A) não poderá, após o trânsito em julgado da sentença penal condenatória, ser proposta pelos herdeiros do ofendido.
 (B) poderá ser proposta quando a sentença absolutória no juízo criminal decidir que o fato imputado não constitui crime.
 (C) não poderá ser proposta se o juízo criminal ordenar o arquivamento do inquérito policial relativo ao mesmo fato por falta de prova da autoria.
 (D) não poderá ser proposta se o juízo criminal, no processo relativo ao mesmo fato, julgar extinta a punibilidade do réu.
 (E) não poderá ser suspensa pelo juiz da ação civil até o julgamento definitivo da ação penal relativa ao mesmo fato.
-
18. Nos crimes de tráfico de entorpecentes, oferecida a denúncia, o juiz
- (A) ordenará a notificação do acusado para oferecer defesa prévia, por escrito, no prazo de 10 dias.
 (B) receberá a denúncia e designará data para interrogatório do réu, após o qual passará a correr o prazo de 3 dias para defesa prévia.
 (C) receberá a denúncia e ordenará a citação do réu para apresentar defesa prévia no prazo de 3 dias.
 (D) designará data para interrogatório do réu, após o qual decidirá pelo recebimento ou rejeição da denúncia.
 (E) ordenará a citação do réu para apresentar defesa prévia no prazo de 3 dias, após a qual decidirá pelo recebimento ou rejeição da denúncia.
-
19. A ação penal
- (A) privada subsidiária da pública poderá ser proposta pelo ofendido ou seu representante legal quando o juiz deferir pedido de arquivamento tempestivamente formulado pelo Ministério Público.
 (B) nas contravenções penais será iniciada por portaria expedida pela autoridade policial.
 (C) pública será instaurada por denúncia do Ministério Público, que dela poderá desistir se convencer-se da inocência do acusado.
 (D) pública condicionada à representação da vítima será julgada extinta se esta se retratar antes da sentença.
 (E) privada, quando o ofendido for declarado ausente por decisão judicial, poderá ser intentada por seu cônjuge, ascendente, descendente ou irmão.
-
20. A denúncia
- (A) nos crimes de ação pública condicionada à representação da vítima, deve ser subscrita pelo advogado desta.
 (B) não precisa expor o fato criminoso com todas as suas circunstâncias, porque isso já consta do inquérito e do relatório da autoridade policial.
 (C) só poderá ser oferecida pelo Ministério Público se estiver embasada em inquérito policial.
 (D) pode ser rejeitada liminarmente pelo juiz.
 (E) pode ser substituída por portaria judicial quando ocorrer inércia do Ministério Público e houver risco de prescrição da pretensão punitiva.



21. NÃO cabe recurso em sentido estrito da decisão que
- (A) decidir o incidente de falsidade.
 - (B) conceder, negar ou revogar livramento condicional.
 - (C) concluir pela incompetência do juízo.
 - (D) receber a denúncia ou a queixa.
 - (E) denegar a apelação ou a julgar deserta.
22. A respeito dos critérios de determinação e modificação da competência, é correto afirmar que
- (A) compete à Justiça Federal o processo e o julgamento unificado dos crimes conexos de competência federal e estadual.
 - (B) o querelante, nos casos de exclusiva ação penal, não poderá preferir o foro do domicílio ou da residência do réu, quando conhecido o lugar da infração.
 - (C) no concurso entre a jurisdição comum e a especial, prevalecerá a competência da jurisdição comum.
 - (D) a competência será determinada pelo lugar em que ocorreu a consumação, quando, iniciada a execução no território nacional, a infração se consumir fora dele.
 - (E) a competência será determinada pelo local em que tiver sido iniciada a continuação quando se tratar de infração continuada praticada em território de duas ou mais jurisdições.
23. A prisão preventiva poderá ser decretada
- (A) pelo Ministério Público, na fase pré-processual, quando imprescindível para as investigações do inquérito policial.
 - (B) nos crimes culposos, para conveniência da instrução criminal.
 - (C) nas contravenções, quando for necessária para garantia da ordem pública.
 - (D) nos crimes punidos com detenção, se envolverem violência doméstica ou familiar contra a mulher.
 - (E) nos crimes punidos com reclusão, se o juiz verificar pelas provas constantes dos autos ter o agente praticado o fato em legítima defesa.
24. A decisão que decreta a prisão preventiva do acusado classifica-se doutrinariamente como
- (A) despacho de mero expediente.
 - (B) interlocutória mista terminativa.
 - (C) interlocutória simples.
 - (D) interlocutória mista não terminativa.
 - (E) definitiva.
25. A respeito do procedimento dos Juizados Especiais relativos a crimes de menor potencial ofensivo, é INCORRETO afirmar que
- (A) caberá apelação da sentença absolutória, no prazo de 10 dias, contados da ciência pelo Ministério Público.
 - (B) a denúncia poderá ser formulada oralmente em audiência.
 - (C) o relatório não é requisito da sentença e pode ser dispensado pelo juiz.
 - (D) o acordo homologado acarreta a renúncia ao direito de queixa, tratando-se de ação penal de iniciativa privada.
 - (E) a citação, não sendo encontrado o réu, far-se-á por edital, com prazo de 30 dias.
26. A respeito dos recursos em geral, considere:
- I. O Ministério Público poderá desistir de recurso que haja interposto.
 - II. Salvo a hipótese de má-fé, a parte não será prejudicada pela interposição de um recurso por outro.
 - III. Não será admitido recurso da parte que não tiver interesse na reforma ou modificação da decisão.
- Está correto o que se afirma SOMENTE em
- (A) II e III.
 - (B) I e III.
 - (C) I.
 - (D) II.
 - (E) I e II.
27. A revisão criminal
- (A) poderá ensejar ao Tribunal o agravamento da pena imposta pela decisão revista.
 - (B) não pode ser requerida pelo condenado sem recorrer-se à prisão.
 - (C) será admitida quando, após a sentença, se descobrirem novas provas de circunstância que determine ou autorize diminuição especial da pena.
 - (D) pode ser requerida pelo Ministério Público face à prova posterior à sentença absolutória.
 - (E) poderá ser requerida até a extinção da pena.
28. A respeito do *habeas corpus* é correto afirmar que
- (A) não pode ser impetrado quando a coação ilegal for decorrente da ocorrência da extinção da punibilidade.
 - (B) não pode ser impetrado se a coação ilegal for decorrente de processo manifestamente nulo.
 - (C) não pode ser impetrado pelo Ministério Público.
 - (D) só pode ser impetrado se o paciente estiver preso.
 - (E) poderá ser impetrado por qualquer pessoa, mesmo que não seja advogado, em favor de outrem.
29. A incompetência do juízo anula
- (A) o processo, desde a citação do acusado.
 - (B) a ação penal, desde o inquérito policial.
 - (C) o processo, desde o recebimento da denúncia.
 - (D) somente os atos decisórios.
 - (E) a prova colhida na instrução.
30. A decisão irrecorrível, cujo efeito se irradia para fora do processo, impedindo, no futuro, nova decisão sobre a mesma lide, denomina-se
- (A) questão prejudicial.
 - (B) coisa julgada formal.
 - (C) coisa julgada material.
 - (D) preclusão consumativa.
 - (E) preclusão temporal.



Direito Civil

31. São causas de anulabilidade do negócio jurídico:
- (A) a coação e fraude contra credores.
 (B) a simulação e a lesão.
 (C) a fraude à execução e o estado de perigo.
 (D) a fraude à execução e o dolo, quando este for a sua causa.
 (E) o não revestimento de forma prescrita em lei.
-
32. Segundo a Lei de Introdução ao Código Civil brasileiro,
- (A) salvo disposição em contrário, a lei revogada se restaura por ter a lei revogadora perdido a vigência.
 (B) salvo disposição contrária, a lei começa a vigorar em todo o país três meses depois de oficialmente publicada.
 (C) nos Estados estrangeiros, a obrigatoriedade da lei federal inicia-se três meses depois de oficialmente promulgada, salvo disposição contrária.
 (D) a lei posterior revoga a anterior quando expressamente o declare, quando seja com ela incompatível ou quando regule inteiramente a matéria de que tratava a lei anterior.
 (E) quando a lei for omissa, o juiz decidirá o caso de acordo com a analogia, os costumes, a equidade e os princípios gerais de direito.
-
33. A respeito da capacidade de exercício, é correto afirmar:
- (A) Consiste na aptidão para ter direitos e deveres na esfera civil.
 (B) O menor de dezoito anos é absolutamente incapaz, ao passo que a capacidade de exercício plena ocorre somente aos vinte e um anos.
 (C) Em relação às pessoas físicas, ocorre a partir do nascimento com vida, colocando-se a salvo os direitos dos nascituros desde a concepção.
 (D) Em relação às pessoas jurídicas, ocorre a partir do nascimento com vida, mas a lei põe a salvo, desde a concepção, os direitos do nascituro.
 (E) Para o maior de dezoito anos, pode ser afastada mediante ação de interdição, na qual se prove a total falta de discernimento do interditando, quer por doença, quer por mal congênito.
-
34. Assinale a alternativa que se coaduna com o Código Civil brasileiro.
- (A) Os bens naturalmente divisíveis podem tornar-se indivisíveis por determinação da lei, mas não por vontade das partes.
 (B) Tem domicílio necessário o absolutamente incapaz, o servidor público, o militar e o marítimo, apenas.
 (C) O domicílio necessário do incapaz é o do seu representante ou assistente; o do servidor público, o lugar em que exercer permanentemente suas funções; o do militar, onde servir, e, sendo da Marinha ou da Aeronáutica, a sede do comando a que se encontrar imediatamente subordinado; o do marítimo, onde o navio estiver matriculado; e o do preso, o lugar em que cumprir a sentença.
 (D) O domicílio da pessoa natural é o lugar onde ela estabelece a sua residência com ânimo definitivo, não admitindo o direito atualmente vigente a pluralidade de domicílios.
 (E) Consideram-se bens imóveis para os efeitos legais o direito à sucessão aberta e os direitos reais e as ações que os asseguram.

35. À luz do Código Civil brasileiro,
- (A) a propriedade de veículo automotor, por se tratar de bem legalmente equiparado a imóvel, somente se transmite com a transferência do título de propriedade por meio do registro do Detran.
 (B) o direito de propriedade será exercido de forma plena, absoluta e exclusiva por todo aquele que detiver o título, sendo inconstitucional qualquer restrição, excetuando-se as impostas pela lei.
 (C) segundo Savigny, a posse, por se tratar da exteriorização do direito de propriedade, gera presunção *juris et de jure* de domínio.
 (D) a propriedade de bem imóvel é adquirida no momento da averbação em Cartório de Registro de Imóveis do título aquisitivo, tratando-se de ato *inter vivos*, e, no caso de sucessão *mortis causa*, a transmissão da propriedade ocorre no momento de sua abertura.
 (E) a propriedade de bem imóvel transmite-se ao herdeiro do *de cuius*, pelo registro do formal de partilha no Cartório de Registro de Imóveis, sendo certo que, até esse momento, existe para o sucessor mera expectativa de direito.
-
36. No Direito das Obrigações,
- (A) a cessão do crédito tem eficácia em relação ao devedor, independentemente de notificação.
 (B) pode o cessionário exercer os atos conservatórios do direito cedido, independentemente do conhecimento da cessão pelo devedor.
 (C) na cessão de um crédito sempre se abrangem todos os seus acessórios.
 (D) o cessionário de crédito hipotecário tem o direito de fazer averbar a cessão no registro do imóvel, desde que haja autorização do devedor.
 (E) o credor pode ceder o seu crédito, ainda que a isso se oponha a natureza da obrigação, não se admitindo cláusula proibitiva da cessão por se tratar de condição protestativa.
-
37. Assinale a alternativa correta.
- (A) A pessoa legalmente impedida de exercer atividade própria de empresário, se a exercer, não responderá pelas obrigações contraídas, mas arcará com multa civil a ser paga a todos que com ele celebrarem negócios, desde que de boa-fé.
 (B) O empresário que instituir sucursal, filial ou agência, em lugar sujeito à jurisdição de outro Registro Público de Empresas Mercantis, estará dispensado de inscrevê-la, se fizer prova da inscrição originária.
 (C) Considera-se empresário quem exerce profissão intelectual, de natureza científica, literária ou artística, ainda com o concurso de auxiliares ou colaboradores, salvo se o exercício da profissão constituir elemento de empresa.
 (D) É obrigatória a inscrição do empresário no Registro Público de Empresas Mercantis da respectiva sede, impreterivelmente até 30 dias após o início de sua atividade.
 (E) Considera-se empresário quem exerce profissionalmente atividade econômica organizada para a produção ou a circulação de bens ou de serviços.



38. Sobre o Direito das Sucessões, é correto afirmar:

- (A) O co-herdeiro, a quem não se der conhecimento da cessão, poderá, depositado o preço, haver para si a quota cedida a estranho, se o requerer até cento e oitenta dias após a abertura da sucessão.
- (B) Havendo herdeiros necessários, o testador só poderá dispor de um terço da herança.
- (C) Regula a sucessão e a legitimação para suceder a lei vigente ao tempo da abertura do testamento ou do início do inventário.
- (D) A companheira ou companheiro participará da sucessão do outro, quanto a todos os bens adquiridos na vigência da união estável, sendo certo que se concorrer com filhos comuns, terá direito a uma quota equivalente à que por lei for atribuída ao filho.
- (E) O co-herdeiro poderá ceder a sua quota hereditária a pessoa estranha à sucessão, se nenhum co-herdeiro a quiser, tanto por tanto.

39. A respeito da paternidade, é correto afirmar:

- (A) A filiação materna ou paterna pode resultar de casamento declarado nulo, ainda mesmo sem as condições do putativo.
- (B) Cabe ao marido o direito de contestar a paternidade dos filhos nascidos de sua mulher, decaindo, porém, desse direito se não o exercitar em até 4 anos após o término da relação conjugal.
- (C) O reconhecimento dos filhos havidos fora do casamento é irrevogável, exceto quando feito em testamento.
- (D) São nulas a condição e o termo apostos ao ato de reconhecimento do filho.
- (E) O filho reconhecido, enquanto menor, ficará sob a guarda do genitor que o reconheceu, e, se ambos o reconhecerem e não houver acordo, sob a da genitora conforme pacífico entendimento do Superior Tribunal de Justiça.

40. De acordo com o Direito da Infância e da Juventude:

- (A) Sem prévia e expressa autorização judicial, nenhuma criança ou adolescente nascido em território nacional poderá sair do País em companhia de estrangeiro residente ou domiciliado no exterior.
- (B) Considera-se criança, para os efeitos desta Lei, a pessoa até doze anos de idade completos, e adolescente aquela entre treze e dezoito anos de idade.
- (C) O reconhecimento do estado de filiação é direito personalíssimo, indisponível e imprescritível, podendo ser exercitado contra os pais ou seus herdeiros, sem qualquer restrição, em procedimento dotado de ampla publicidade com vistas à preservação de interesses de terceiros.
- (D) A colocação em família substituta estrangeira constitui medida excepcional, somente admissível na modalidade de adoção ou de tutela.
- (E) É proibido qualquer trabalho a menores de dezesseis anos de idade, salvo na condição de aprendiz, a partir de doze anos de idade.

41. O ato infracional

- (A) somente será punível se for praticado por adolescente, dada a sua semi-imputabilidade.
- (B) consiste na conduta descrita como crime ou contravenção penal e somente pode ser praticado por adolescente.
- (C) consiste na conduta descrita como crime ou contravenção penal, podendo ser praticado por criança ou adolescente.
- (D) praticado por criança ou adolescente importará a aplicação de medida socioeducativa.
- (E) praticada por pessoa menor de 12 anos importará a aplicação de medida específica de proteção, como, por exemplo, a liberdade assistida.

42. No que toca ao Direito de Registros Públicos, é correto afirmar:

- (A) Todo nascimento que ocorrer no território nacional deverá ser dado a registro, no lugar em que tiver ocorrido o parto ou no lugar da residência dos pais, dentro do prazo de trinta dias, que será ampliado em até três meses para os lugares distantes mais de quarenta quilômetros da sede do cartório.
- (B) O interessado, no primeiro ano após ter atingido a maioridade civil, poderá, pessoalmente ou por procurador bastante, alterar o nome, desde que não prejudique os apelidos de família, averbando-se a alteração que será publicada pela imprensa.
- (C) A substituição do prenome será ainda admitida em razão de fundada coação ou ameaça decorrente da colaboração com a apuração de crime, por determinação, em sentença, de juiz competente, dispensada, em casos excepcionais, a manifestação do Ministério Público.
- (D) A cremação de cadáver somente será feita daquele que houver manifestado a vontade de ser incinerado ou no interesse da saúde pública ou no dos familiares do *de cuius* e se o atestado de óbito houver sido firmado por 2 (dois) médicos ou por 1 (um) médico legista e, no caso de morte violenta, depois de autorizada pela autoridade judiciária.
- (E) O registro civil das pessoas naturais possui caráter constitutivo ao passo que o das pessoas morais possui caráter meramente declaratório.

43. De acordo com o direito consumerista, são válidas cláusulas que

- (A) autorizem o fornecedor a modificar unilateralmente o conteúdo ou a qualidade do contrato, após sua celebração.
- (B) possibilitem a renúncia do direito de indenização por benfeitorias necessárias, desde que o consumidor seja devidamente esclarecido sobre as consequências jurídicas de sua decisão.
- (C) determinem a utilização compulsória de arbitragem.
- (D) obriguem o consumidor a ressarcir os custos de cobrança de sua obrigação, se igual direito lhe seja conferido contra o fornecedor.
- (E) deixem ao fornecedor a opção de concluir ou não o contrato, embora obrigando o consumidor.



<p>44. A respeito da disciplina dos contratos, é lícito afirmar que</p> <p>(A) o distrato somente será admitido se feito pela mesma forma exigida para o contrato.</p> <p>(B) o contrato real é o que se aperfeiçoa com a transferência do direito de propriedade de um bem ao credor.</p> <p>(C) o contrato faz lei entre as partes e, uma vez celebrado, vigora, em qualquer hipótese, o princípio segundo o qual <i>pacta sunt servanda</i>.</p> <p>(D) as obrigações decorrentes de todo e qualquer contrato serão válidas na medida em que atendam aos princípios da boa-fé objetiva e de sua função social, bem como sejam reduzidas a instrumento escrito em letras com fonte não inferior ao corpo 12, de modo a facilitar sua compreensão.</p> <p>(E) o contrato real aperfeiçoa-se e valida-se com a entrega de um bem, sendo irrelevante a existência de consenso.</p>	<p>47. No tocante à citação</p> <p>(A) será feita apenas no domicílio ou na residência do réu.</p> <p>(B) interrompe a prescrição e, a não ser que ordenada por juiz incompetente, constitui em mora o devedor.</p> <p>(C) sua falta não é convalidada pelo comparecimento espontâneo do réu.</p> <p>(D) quando válida, torna prevento o juízo, induz litispendência, faz litigiosa a coisa e interrompe a prescrição, que retroagirá à data da propositura da ação.</p> <p>(E) sua falta ou nulidade não podem ser reconhecidas de ofício pelo juiz.</p>
<p>45. De acordo com o Estatuto do Idoso, é correto afirmar que aos idosos que não possuam meios para prover sua subsistência, nem de tê-la provida por sua família, é assegurado, a partir de</p> <p>(A) 70 anos, o benefício mensal de um salário-mínimo, nos termos da Lei Orgânica da Assistência Social, não sendo computado para os fins do cálculo da renda familiar <i>per capita</i> benefício similar já concedido a qualquer membro da família.</p> <p>(B) 65 anos, o benefício mensal de meio salário-mínimo, nos termos da Lei Orgânica da Assistência Social, não sendo computado para os fins do cálculo da renda familiar <i>per capita</i> benefício similar já concedido a qualquer membro da família.</p> <p>(C) 65 anos, o benefício mensal de meio salário-mínimo, nos termos da Lei Orgânica da Assistência Social, sendo computado para os fins do cálculo da renda familiar <i>per capita</i> benefício similar já concedido a qualquer membro da família.</p> <p>(D) 65 anos, o benefício mensal de um salário-mínimo, nos termos da Lei Orgânica da Assistência Social, não sendo computado para os fins do cálculo da renda familiar <i>per capita</i> benefício similar já concedido a qualquer membro da família.</p> <p>(E) 70 anos, o benefício mensal de meio salário-mínimo, nos termos da Lei Orgânica da Assistência Social, sendo computado para os fins do cálculo da renda familiar <i>per capita</i> benefício similar já concedido a qualquer membro da família.</p>	<p>48. O princípio processual da congruência ou adstrição significa:</p> <p>(A) o juiz deve ser coerente na fundamentação de sua sentença e adstrito aos fatos da causa.</p> <p>(B) veda-se ao juiz proferir sentença de natureza diversa da pedida, ou condenar o réu em quantidade superior ou em objeto diverso do pedido inicial.</p> <p>(C) o réu deve rebater, coerentemente, toda a matéria levantada na inicial em sua contestação, sob pena de preclusão.</p> <p>(D) após a contestação, o juiz vincula-se ao pedido e à causa de pedir iniciais, que não podem ser alterados.</p> <p>(E) não havendo prejuízo, os atos processuais devem ser aproveitados, ainda que não atendam a seus requisitos formais.</p>
<p style="text-align: center;">Direito Processual Civil</p> <p>46. A incompetência absoluta deve ser</p> <p>(A) levantada por meio de exceção; aceita, remetem-se os autos ao juiz competente, com o aproveitamento de todos os atos processuais.</p> <p>(B) declarada de ofício; aceita, extingue-se o processo, por não ser possível aproveitar-se nenhum ato processual.</p> <p>(C) provocada pela parte; aceita, extingue-se o processo.</p> <p>(D) declarada de ofício; aceita, remetem-se os autos ao juiz competente, havendo-se como nulos somente os atos decisórios.</p> <p>(E) declarada de ofício; aceita, todos os atos processuais são nulos, remetendo-se os autos ao juiz competente.</p>	<p>49. O recurso adesivo</p> <p>(A) não será conhecido se, em relação ao recurso principal, houver desistência ou for ele declarado inadmissível ou deserto.</p> <p>(B) subsiste mesmo se houver desistência do recurso principal.</p> <p>(C) será admissível na apelação, no agravo de instrumento, nos embargos infringentes, no recurso especial e no recurso extraordinário.</p> <p>(D) por aderir ao recurso principal não está sujeito a preparo.</p> <p>(E) possui condições de admissibilidade próprias em relação ao recurso independente.</p> <p>50. "A parte, que aceitar expressa ou tacitamente a sentença ou a decisão, não poderá recorrer". Esse enunciado, de texto legal, implica a ocorrência de</p> <p>(A) contumácia.</p> <p>(B) coisa julgada.</p> <p>(C) preclusão consumativa.</p> <p>(D) perempção.</p> <p>(E) preclusão lógica.</p>



<p>51. Pode-se conceder a tutela antecipada quando</p> <ul style="list-style-type: none">(A) o juiz, de ofício, verificar abuso de direito de defesa do réu.(B) ocorrerem indícios do direito do autor.(C) se procure assegurar o resultado prático do processo.(D) for hipótese de julgamento antecipado.(E) existam verossimilhança da alegação e prova inequívoca em favor do autor.	<p>56. No tocante à ação de alimentos:</p> <ul style="list-style-type: none">(A) não é mais cabível a prisão civil do inadimplente, em razão do Pacto de San José da Costa Rica, ratificado pelo Brasil.(B) somente quando se tratar de alimentos definitivos é cabível a prisão civil do alimentante inadimplente.(C) o débito alimentar que autoriza a prisão civil do alimentante é o relativo às três prestações anteriores ao ajuizamento da ação, mais as que se vencerem no curso do processo.(D) a pena de prisão civil só pode ser aplicada uma vez, ainda que o alimentante volte a inadimplir a obrigação.(E) o cancelamento de pensão alimentícia de filho que atingiu a maioridade dá-se pelo mero implemento da idade.
<p>52. Quanto às funções exercidas pelo juiz:</p> <ul style="list-style-type: none">(A) as decisões aplicam sempre as normas legais, sendo-lhe defeso utilizar-se de outros meios para despachar ou sentenciar.(B) visando à justiça de cada caso, deve como regra julgar por equidade.(C) deve zelar pelo tratamento isonômico das partes, conciliá-las sempre que possível, procurar a rápida solução do litígio e prevenir ou reprimir qualquer ato contrário à dignidade da justiça.(D) diante do princípio da iniciativa da parte, deve aguardar que esta requeira as provas a serem produzidas, não podendo fazê-lo de ofício.(E) pode decidir livremente a lide, desde que fundamentadamente, podendo examinar quaisquer questões do processo, levantadas ou não pelas partes, em busca de subsídios para o julgamento.	<p>57. Nos procedimentos especiais de jurisdição voluntária:</p> <ul style="list-style-type: none">(A) a decisão final proferida não tem natureza de sentença, dela cabendo agravo de instrumento.(B) a sentença proferida forma coisa julgada material.(C) o juiz pode decidir por equidade, não estando preso a critérios de legalidade estrita.(D) como não há lide, as partes são simplesmente intimadas a compor o processo instaurado.(E) como o interesse é privado, não pode o juiz investigar os fatos ou ordenar a produção de provas de ofício.
<p>53. Em relação à prova processual:</p> <ul style="list-style-type: none">(A) se assim for determinado pelo juiz, a parte que alegar direito municipal, estadual, estrangeiro ou a aplicação de usos e costumes, deverá provar seu teor e vigência.(B) apenas os meios legais são hábeis para demonstrar a verdade dos fatos.(C) o ônus probatório não pode ser objeto de convenção que o distribua de maneira diversa à legal.(D) a mera presunção legal de existência ou de veracidade dos fatos não isenta a parte de prová-los.(E) o momento de sua produção é determinado por lei de modo cogente, não podendo ser alterado judicialmente em qualquer hipótese.	<p>58. É INCORRETO afirmar:</p> <ul style="list-style-type: none">(A) Cessa a eficácia da medida cautelar, se o juiz declarar extinto o processo principal, com ou sem julgamento do mérito.(B) O procedimento cautelar pode ser instaurado antes ou no curso do processo principal, tendo caráter acessório.(C) A tutela cautelar não fica restrita às medidas típicas, podendo o juiz conceder outras em nome de seu poder geral de cautela.(D) Não existem os efeitos da revelia nas medidas cautelares não contestadas.(E) Deve-se propor a ação principal no prazo de trinta dias, que fluem da data de efetivação da medida cautelar, se concedida em procedimento preparatório.
<p>54. Quanto à sentença:</p> <ul style="list-style-type: none">(A) uma vez publicada, exaure-se a jurisdição, não podendo o juiz alterá-la, salvo por meio de embargos declaratórios, exclusivamente.(B) em que pesem seus requisitos essenciais, o relatório poderá ser dispensado nos Juizados Especiais Cíveis.(C) não é necessária a fundamentação nos casos de extinção do processo sem julgamento do mérito.(D) é defensável possa o juiz proferi-la, a favor do autor, de natureza diversa da pedida, se não houver prejuízo ao réu.(E) a imposição de multa pelo juiz, na sentença, dependerá sempre de provocação da parte interessada.	<p>59. A ação monitória</p> <ul style="list-style-type: none">(A) não admite a defesa por meio de reconvenção.(B) não é cabível a quem possua contrato de abertura de crédito em conta corrente, que já configura título executivo.(C) pode ser proposta, ainda que o documento a instruí-la tenha emanado exclusivamente do credor.(D) é indicada apenas para as ações que visem ao pagamento de soma em dinheiro.(E) é admissível quando alicerçada em cheque prescrito.
<p>55. Ao modo de intervenção de terceiros que envolve fiador e devedores solidários dá-se o nome de</p> <ul style="list-style-type: none">(A) assistência litisconsorcial.(B) denunciação da lide.(C) litisconsórcio necessário.(D) chamamento ao processo.(E) nomeação à autoria.	



<p>60. A competência</p> <p>(A) territorial diz respeito ao valor e à matéria.</p> <p>(B) não se prorroga, tratando-se de questão cogente e indisponível.</p> <p>(C) em razão do valor e do território, poderá modificar-se pela conexão ou continência.</p> <p>(D) em razão da matéria é derogável por convenção das partes, se disponível o direito sobre o qual se litiga.</p> <p>(E) não pode em nenhuma hipótese ser declinada de ofício pelo juiz, se relativa.</p>	<p>64. De acordo com as normas da Constituição Federal sobre intervenção federal,</p> <p>(A) nas hipóteses constitucionais em que a medida se limitar a suspender a execução de ato normativo, fica dispensada sua apreciação pelo Congresso Nacional.</p> <p>(B) não cabe intervenção da União em Municípios.</p> <p>(C) a medida não pode ser decretada sem a requisição do Tribunal competente.</p> <p>(D) a medida não pode determinar o afastamento de autoridades estaduais de suas funções.</p> <p>(E) a medida pode ser decretada por prazo indeterminado.</p>
<p style="text-align: center;">Direito Constitucional</p> <p>61. A Constituição Federal veda a edição de medida provisória para regulamentar</p> <p>(A) o exercício do direito à propriedade.</p> <p>(B) a prestação de serviço postal.</p> <p>(C) o regime dos portos, navegação lacustre, fluvial, marítima, aérea e aeroespacial.</p> <p>(D) a exploração dos serviços de gás canalizado.</p> <p>(E) as atividades nucleares de qualquer natureza.</p>	<p>65. Dentre as regras contidas na Constituição Federal que devem ser obrigatoriamente observadas pelas leis orgânicas municipais NÃO se encontra aquela segundo a qual</p> <p>(A) as contas prestadas pelo Prefeito não estão sujeitas a controle externo diverso daquele que pode ser exercido pelo Poder Judiciário.</p> <p>(B) os vereadores são invioláveis por suas opiniões, palavras e votos no exercício do mandato e na circunscrição do Município.</p> <p>(C) cabe a iniciativa popular de projetos de lei de interesse específico do Município, da cidade ou de bairros, através de manifestação de, pelos menos, cinco por cento do eleitorado.</p> <p>(D) compete aos Municípios a criação, organização e supressão de distritos, observada a legislação estadual.</p> <p>(E) a Câmara Municipal não gastará mais de setenta por cento de sua receita com folha de pagamento, incluído o gasto com subsídio de seus Vereadores.</p>
<p>62. Considere as seguintes assertivas:</p> <p>I. O exercício lícito da liberdade de reunião em locais abertos ao público pressupõe a existência de autorização prévia por parte da autoridade competente.</p> <p>II. A lei pode exigir autorização prévia para a criação de associações, sendo vedada, no entanto, a interferência estatal em seu funcionamento.</p> <p>III. As entidades associativas, ainda que não expressamente autorizadas por seus filiados, têm legitimidade para representá-los em quaisquer procedimentos judiciais.</p> <p>IV. No caso de iminente perigo público, a autoridade competente poderá usar de propriedade particular, assegurada ao proprietário indenização ulterior, se houver dano.</p> <p>V. A pequena propriedade rural, assim definida em lei, desde que trabalhada pela família, não será objeto de penhora para pagamento de débitos decorrentes de sua atividade produtiva.</p> <p>Está correto o que se afirma SOMENTE em</p> <p>(A) III, IV e V.</p> <p>(B) I e II.</p> <p>(C) II e III.</p> <p>(D) III e IV.</p> <p>(E) IV e V.</p>	<p>66. Dentre as competências dos Deputados Federais e Senadores está a propositura de projetos de lei que versem sobre</p> <p>(A) criação de órgãos da administração pública.</p> <p>(B) bens públicos.</p> <p>(C) servidores públicos da União e Territórios, seu regime jurídico, provimento de cargos, estabilidade e aposentadoria.</p> <p>(D) normas gerais para a organização do Ministério Público e da Defensoria Pública dos Estados, do Distrito Federal e dos Territórios.</p> <p>(E) criação de cargos, funções ou empregos públicos na administração direta.</p>
<p>63. Conforme o texto da Constituição Federal, dentre as competências privativas da União encontra-se a de legislar sobre</p> <p>(A) responsabilidade por dano ao meio ambiente.</p> <p>(B) registros públicos.</p> <p>(C) orçamento.</p> <p>(D) previdência social.</p> <p>(E) defesa do solo e dos recursos minerais.</p>	<p>67. Segundo a disciplina constitucional da chamada "súmula vinculante",</p> <p>(A) sua aprovação pode ser provocada pelo Presidente da República.</p> <p>(B) cabe ao Supremo Tribunal Federal editá-la, ainda que este Tribunal tenha decidido apenas um processo relativo ao tema que por ela será abordado.</p> <p>(C) a súmula não se aplica à administração pública municipal, a não ser quando editada pelo Tribunal de Justiça do Estado.</p> <p>(D) sua edição está condicionada, dentre outros requisitos, à existência de risco de grave lesão à ordem pública.</p> <p>(E) cabe apenas a interposição de recurso extraordinário contra a decisão judicial que contrariar o texto da súmula.</p> <p>68. Independentemente da situação financeira do interessado, a Constituição Federal determina a gratuidade</p> <p>(A) da ação popular, ainda que o autor tenha agido de má-fé.</p> <p>(B) do registro civil de nascimento.</p> <p>(C) da certidão de óbito.</p> <p>(D) da celebração do casamento civil.</p> <p>(E) do mandado de segurança.</p>



69. Excetuados os casos de pagamentos de precatórios mediante parcelamento, de acordo com a Constituição Federal cabe ao Presidente do Tribunal decretar o sequestro da quantia necessária ao pagamento de precatório apenas na hipótese de
- (A) violação ao direito de precedência do titular do crédito, segundo a ordem cronológica de apresentação dos precatórios.
 - (B) prévio provimento à representação interventiva contra o ente federativo inadimplente.
 - (C) a Fazenda Pública não efetuar seu pagamento no prazo constitucional, desde que a dívida tenha natureza alimentícia.
 - (D) a Fazenda Pública efetuar seu pagamento em valor a menor do que o devido.
 - (E) seu valor não ser incluído no orçamento da entidade devedora para pagamento no exercício seguinte.
70. Analise as assertivas que seguem a propósito da ação direta de inconstitucionalidade.
- I. A pertinência temática entre o vício de inconstitucionalidade e a atividade exercida pelo autor legitimado à propositura da ação é, em qualquer hipótese, necessária para que a ação seja conhecida pelo Tribunal.
 - II. A petição inicial deve ser sempre assinada por advogado.
 - III. A decisão final de mérito proferida pelo Tribunal é irrecorrível, salvo a oposição de embargos de declaração, não podendo ser objeto de ação rescisória.
 - IV. A concessão de medida cautelar torna aplicável a legislação anterior acaso existente, salvo expressa manifestação em sentido contrário.
 - V. Ao declarar a inconstitucionalidade do ato, pode o Tribunal determinar que a decisão somente tenha eficácia a partir de seu trânsito em julgado ou de outro momento que venha a ser fixado.
- Está correto o que se afirma SOMENTE em
- (A) III e V.
 - (B) I, II e III.
 - (C) II, III e IV.
 - (D) II, IV e V.
 - (E) III, IV e V.
71. Considerando-se a disciplina constitucional e legal da arguição de descumprimento de preceito fundamental, é correto afirmar que
- (A) não cabe reclamação contra o descumprimento da decisão proferida pelo Tribunal ao final do processo.
 - (B) a medida não é admitida quando houver qualquer outro meio eficaz de sanar a lesividade apontada pelo autor da demanda.
 - (C) a medida é cabível somente no caso de lesão a preceito fundamental, resultante de ato do Poder Público.
 - (D) a medida tem finalidade apenas repressiva e não preventiva.
 - (E) seu procedimento não permite a concessão de medida liminar.
72. Os direitos e garantias fundamentais
- (A) previstos na Constituição Federal têm aplicabilidade imediata, não podendo ser regulamentados por lei ordinária.
 - (B) previstos em tratados internacionais incorporados ao ordenamento jurídico brasileiro são, em qualquer hipótese, equivalentes às emendas constitucionais.
 - (C) previstos na Constituição Federal podem ser ampliados pelas Constituições dos Estados-membros.
 - (D) são previstos pela Constituição Federal em rol taxativo.
 - (E) previstos na Constituição Federal não podem ser objeto de emenda à constituição.
73. Dentre as competências constitucionais do Conselho Nacional de Justiça,
- (A) não se encontra o controle da atuação financeira do Poder Judiciário, que deve ser exercida pelo Tribunal de Contas.
 - (B) encontra-se a de expedir atos regulamentares, mas não recomendações, com o objetivo de zelar pela autonomia do Poder Judiciário e pelo cumprimento do Estatuto da Magistratura.
 - (C) encontra-se a de apreciar, apenas mediante provocação, a legalidade dos atos administrativos praticados por membros ou órgãos do Poder Judiciário, podendo desconstituí-los, revê-los ou fixar prazo para que adotem as providências necessárias ao cumprimento da lei.
 - (D) encontra-se a de rever, de ofício ou mediante provocação, os processos disciplinares de juízes e membros de tribunais julgados há menos de um ano.
 - (E) não se encontra a de avocar processos disciplinares em curso e determinar a remoção, a disponibilidade ou a aposentadoria com subsídios ou proventos proporcionais ao tempo de serviço contra membros do Poder Judiciário.
74. Considerando-se as normas constitucionais a respeito da seguridade social, é correto afirmar que
- (A) asseguram o direito público subjetivo à educação fundamental.
 - (B) a assistência social deve ser prestada a quem dela necessitar, mediante contribuição à seguridade social, paga nos termos da lei.
 - (C) a pessoa portadora de deficiência que comprove não possuir meios de prover à própria manutenção ou de tê-la provida por sua família, nos termos da lei, tem direito ao recebimento de um salário mínimo de benefício mensal.
 - (D) o acesso ao sistema único de saúde depende de contribuição à seguridade social, nos termos da lei.
 - (E) é inconstitucional norma estadual que vincule cinco décimos por cento de sua receita tributária líquida a programa de apoio à inclusão e promoção social.
75. Segundo a disciplina constitucional do direito à propriedade,
- (A) o imóvel urbano que atenda à sua função social, nos termos do plano diretor da cidade, não pode ser objeto de desapropriação.
 - (B) devem ser confiscadas as glebas onde forem localizadas culturas ilegais de plantas psicotrópicas.
 - (C) é vedado o confisco de bens de valor econômico apreendidos em decorrência do tráfico ilícito de entorpecentes.
 - (D) é vedada a desapropriação fundada em interesse social, estando revogada a legislação ordinária pertinente ao tema.
 - (E) é vedado ao poder público municipal impor sanções ao proprietário do solo urbano não edificado, não utilizado ou subutilizado.



Direito Administrativo

76. Segundo o regime da Lei nº 8.666/93, a anulação do procedimento licitatório, antes da celebração do consequente contrato,

- (A) não depende de contraditório e a ampla defesa.
- (B) só pode ocorrer por razões de interesse público, evidenciadas por juízo de conveniência e oportunidade da autoridade competente.
- (C) só pode decorrer de fato superveniente devidamente comprovado.
- (D) depende da provocação de terceiros, mediante requerimento escrito e devidamente fundamentado.
- (E) não gera, para a Administração, obrigação de indenizar.

77. NÃO é característica do regime jurídico estabelecido pela Constituição Federal para o subsídio, como espécie remuneratória,

- (A) ao subsídio ser vedado o acréscimo de qualquer gratificação, adicional, abono, prêmio, verba de representação ou outra espécie remuneratória.
- (B) somente poder o subsídio ser fixado ou alterado por lei específica.
- (C) o subsídio não ter assegurada revisão geral anual.
- (D) o subsídio ser aplicável a membro de Poder, detentor de mandato eletivo, os Ministros de Estado e os Secretários Estaduais e Municipais.
- (E) o subsídio ser fixado em parcela única.

78. Considere três diferentes atos praticados por agente público:

- I. negar publicidade aos atos oficiais;
- II. agir negligentemente na arrecadação de tributo ou renda, bem como no que diz respeito à conservação do patrimônio público;
- III. perceber vantagem econômica para intermediar a liberação ou aplicação de verba pública de qualquer natureza.

Em tese, por força do disposto na Lei nº 8.429/92, o agente está sujeito às cominações de “perda dos bens ou valores acrescidos ilicitamente ao patrimônio, ressarcimento integral do dano, quando houver, perda da função pública, suspensão dos direitos políticos de oito a dez anos, pagamento de multa civil de até três vezes o valor do acréscimo patrimonial e proibição de contratar com o Poder Público ou receber benefícios ou incentivos fiscais ou creditícios, direta ou indiretamente, ainda que por intermédio de pessoa jurídica da qual seja sócio majoritário, pelo prazo de dez anos”,

- (A) em todas as hipóteses, I, II e III.
- (B) em nenhuma das hipóteses, I, II ou III.
- (C) apenas na hipótese I.
- (D) apenas na hipótese II.
- (E) apenas na hipótese III.

79. Considerando-se o regime da Lei nº 9.784/99, é INCORRETO dizer ser um dever do administrado perante a Administração:

- (A) expor os fatos conforme a verdade.
- (B) requerer o início do processo administrativo em que tenha interesse.
- (C) proceder com lealdade, urbanidade e boa-fé.
- (D) não agir de modo temerário.
- (E) prestar as informações que lhe forem solicitadas e colaborar para o esclarecimento dos fatos.

80. Em relação ao sentido de serviço público que se pode extrair do regime constitucional hoje vigente no Brasil, pode-se corretamente afirmar que é um sentido

- (A) restrito, vez que apenas pode ser considerado serviço público aquele prestado mediante concessão ou permissão.
- (B) unívoco, na medida em que a Constituição contém um rol expresso e taxativo dos deveres do Estado, dizendo-os “serviços públicos”.
- (C) mais restrito do que certas formulações doutrinárias, face à dicotomia constitucional estabelecida entre serviços públicos e atividades econômicas exploradas pelo Estado.
- (D) amplo, posto que as atividades estatais em geral, como regra, comportam execução por delegação, mediante concessão ou permissão.
- (E) restrito, vez que apenas pode ser considerado serviço público aquele prestado diretamente pelo Estado.

81. É exemplo de aplicação da teoria da imprevisão o seguinte trecho extraído de dispositivos da Lei nº 8.666/93:

“Os contratos regidos por esta Lei poderão ser alterados, com as devidas justificativas, nos seguintes casos: (...)”

- (A) *por acordo das partes, (...) objetivando a manutenção do equilíbrio econômico-financeiro inicial do contrato, na hipótese de sobrevirem fatos imprevisíveis, ou previsíveis porém de consequências incalculáveis, retardadores ou impeditivos da execução do ajustado”.*
- (B) *unilateralmente pela Administração, quando houver modificação do projeto ou das especificações, para melhor adequação técnica aos seus objetivos”.*
- (C) *unilateralmente pela Administração, quando necessária a modificação do valor contratual em decorrência de acréscimo ou diminuição quantitativa de seu objeto, nos limites permitidos por esta Lei”.*
- (D) *por acordo das partes, quando conveniente a substituição da garantia de execução”.*
- (E) *por acordo das partes, quando necessária a modificação do regime de execução da obra ou serviço, bem como do modo de fornecimento, em face de verificação técnica da inaplicabilidade dos termos contratuais originários”.*

82. Considerando o regime da Lei nº 11.107/05, tem-se que um consórcio administrativo caracterizado como consórcio público

- (A) não poderá outorgar concessão, permissão ou autorização de obras ou serviços públicos, haja ou não autorização prevista no contrato de consórcio público.
- (B) apenas poderá ter a participação da União se igualmente participar ao menos um Estado e um Município.
- (C) poderá, nos termos do contrato de consórcio de direito público ou privado, promover desapropriações e instituir servidões nos termos de declaração de utilidade ou necessidade pública, ou interesse social, realizada pelo próprio consórcio.
- (D) ser contratado pela administração direta ou indireta dos entes da Federação consorciados, desde que mediante licitação.
- (E) poderá emitir documentos de cobrança e exercer atividades de arrecadação de tarifas e outros preços públicos pela prestação de serviços ou pelo uso ou outorga de uso de bens públicos por ele administrado ou, mediante autorização específica, pelo ente da Federação consorciado.



83. O seguinte dispositivo do Decreto-Lei nº 3.365/41 teve sua constitucionalidade questionada perante o Supremo Tribunal Federal: "Art. 15-A. No caso de imissão prévia na posse, na desapropriação por necessidade ou utilidade pública e interesse social, inclusive para fins de reforma agrária, havendo divergência entre o preço ofertado em juízo e o valor do bem, fixado na sentença, expressos em termos reais, incidirão juros compensatórios de até seis por cento ao ano sobre o valor da diferença eventualmente apurada, a contar da imissão na posse, vedado o cálculo de juros compostos".

Por decisão em medida cautelar em ação direta de inconstitucionalidade, entre outros aspectos, o Supremo Tribunal Federal entendeu que

- (A) o termo inicial da incidência dos juros compensatórios é o trânsito em julgado da sentença.
- (B) a diferença sobre a qual deva incidir os juros compensatórios se dá entre 80% do preço ofertado em juízo e o valor do bem fixado na sentença.
- (C) não incidem juros compensatórios em desapropriação por interesse social.
- (D) não é mais compatível com a Constituição Federal vigente a imissão prévia na posse.
- (E) é necessário o cálculo de juros compostos em se tratando da incidência de juros compensatórios.

84. Considere as seguintes assertivas, completando a frase inicial:

"É vedada a celebração de contrato de parceria público-privada:

- I. cujo valor do contrato seja inferior a R\$ 20.000.000,00 (vinte milhões de reais)".
- II. cujo período de prestação do serviço seja inferior a 5 (cinco) anos".
- III. que tenha como objeto único o fornecimento de mão-de-obra, o fornecimento e instalação de equipamentos ou a execução de obra pública."

Nos termos da Lei nº 11.079/04, é correto o que se afirma em

- (A) I, II e III.
- (B) I, apenas.
- (C) I e II, apenas.
- (D) I e III, apenas.
- (E) II e III, apenas.

85. Considere os dispositivos abaixo, extraídos do art. 84 da Constituição Federal, cujo *caput* é "Compete privativamente ao Presidente da República":

- I. "iniciar o processo legislativo, na forma e nos casos previstos nesta Constituição".
- II. "sancionar, promulgar e fazer publicar as leis, bem como expedir decretos e regulamentos para sua fiel execução".
- III. "vetar projetos de lei, total ou parcialmente".

Há exemplo de poder regulamentar da Administração Pública em:

- (A) II e III, apenas.
- (B) I, II e III.
- (C) I, apenas.
- (D) II, apenas.
- (E) III, apenas.

Direitos Humanos

86. As questões climáticas e o desmatamento das florestas são temas polêmicos e de preocupação mundial. Dos instrumentos internacionais de direitos humanos que figuram no Edital deste concurso, algum faz referência ao direito à preservação do meio ambiente?

- (A) Não, nenhum.
- (B) Apenas o Pacto Internacional de Direitos Econômicos, Sociais e Culturais.
- (C) Apenas o Protocolo sobre Direitos Econômicos, Sociais e Culturais (Protocolo de São Salvador).
- (D) Apenas o Pacto Internacional de Direitos Econômicos, Sociais e Culturais e o Protocolo sobre Direitos Econômicos, Sociais e Culturais (Protocolo de São Salvador).
- (E) Apenas a Declaração Universal dos Direitos Humanos.

87. A violação à dignidade dos presos é um grave problema nacional. A exemplo disso, a superpopulação carcerária no Estado do Mato Grosso era de 91,4% em 2007 (DEPEN, 2008). Em face do que dispõem os tratados internacionais de direitos humanos referidos no Edital do presente Concurso, considere as afirmações abaixo:

- I. É direito do condenado criminalmente dispor de cela individual, com área mínima de seis metros quadrados.
- II. O condenado criminalmente não pode ser obrigado à realização de trabalhos na prisão.
- III. As penas privativas de liberdade devem ter por finalidade essencial a reabilitação social e moral dos condenados.
- IV. O isolamento celular máximo, como medida punitiva, não pode ultrapassar trinta dias.

Diante dessas afirmações é correto afirmar que

- (A) I, II e III são verdadeiras.
- (B) apenas II e III são verdadeiras.
- (C) apenas I e III são verdadeiras.
- (D) apenas II e III são falsas.
- (E) I, II e IV são falsas.

88. Tendo em vista o Protocolo Adicional à Convenção Americana sobre Direitos Humanos em Matéria de Direitos Econômicos, Sociais e Culturais, NÃO constitui direito nele reconhecido:

- (A) À educação primária gratuita.
- (B) À reserva de percentual de cargos públicos para as pessoas portadoras de deficiência.
- (C) À licença-maternidade, antes e depois do parto.
- (D) A uma remuneração equitativa e igual por trabalho igual.
- (E) À total imunização contra as principais doenças infecciosas.



<p>89. Em face do que dispõe a Convenção Americana de Direitos Humanos quanto ao direito de defesa da pessoa acusada da prática de um delito,</p> <p>(A) é direito do acusado, sempre que o interesse da justiça assim o exija, ter um defensor designado <i>ex officio</i>, que atuará gratuitamente.</p> <p>(B) o Estado deve dispor de um órgão de assistência jurídica encarregado da defesa dos acusados que demonstrarem insuficiência de recursos.</p> <p>(C) a defesa pode ser realizada pessoalmente pelo acusado, caso o Estado não disponha de meios para lhe proporcionar um defensor.</p> <p>(D) a defesa pode ser realizada pessoalmente pelo acusado, caso seja ele tecnicamente habilitado e renuncie ao defensor indicado pelo Estado.</p> <p>(E) é obrigatória a existência de defesa técnica, fornecida pelo Estado, caso o acusado não indique advogado de sua confiança e nem se defenda por si mesmo.</p>	<p>92. É da competência exclusiva do Defensor Público Geral:</p> <p>(A) decidir sobre a estabilidade do Defensor Público, após o período de estágio probatório, confirmando-o na carreira ou não.</p> <p>(B) instaurar sindicância e procedimento administrativo disciplinar contra membro da Defensoria Pública.</p> <p>(C) determinar o arquivamento de sindicância na Corregedoria, sem ouvir o Conselho Superior, quando considerar improcedente a imputação feita ao sindicato.</p> <p>(D) aplicar qualquer uma das sanções previstas no artigo 126 da Lei Complementar 146/2003, quando julgar procedente a imputação feita ao membro da Defensoria Pública.</p> <p>(E) decidir sobre a destituição do Corregedor Geral, se houver violação de dever funcional por parte dele.</p>
<p>90. A Emenda Constitucional nº 45, trouxe modificações quanto à incorporação ao direito interno dos tratados internacionais de direitos humanos e sua aplicação no Brasil. Em face dessas alterações,</p> <p>(A) somente as normas decorrentes de tratados e convenções internacionais sobre direitos humanos, aprovados no Congresso Nacional em dois turnos e por três quintos dos votos, são expressamente reconhecidas como equivalentes às emendas constitucionais.</p> <p>(B) apenas têm aplicabilidade imediata as normas definidoras dos direitos e garantias fundamentais, decorrentes de tratados e convenções internacionais sobre direitos humanos que forem aprovados no Congresso Nacional em dois turnos e por três quintos dos votos.</p> <p>(C) as normas definidoras dos direitos e garantias fundamentais, decorrentes de tratados e convenções internacionais sobre direitos humanos ratificados anteriormente à promulgação da EC 45, foram expressamente equiparadas a normas de hierarquia constitucional.</p> <p>(D) o Brasil passou a se submeter à jurisdição dos tribunais internacionais de direitos humanos, a cuja criação tenha manifestado adesão.</p> <p>(E) a denúncia de tratados e convenções internacionais sobre direitos humanos, ratificados pela República Federativa do Brasil, fica sujeita à autorização do Congresso Nacional.</p>	<p>93. A possibilidade de a Defensoria Pública do Estado de Mato Grosso, sendo uma instituição pública, exercer suas atribuições, na defesa dos necessitados, contra o próprio Estado de Mato Grosso decorre</p> <p>(A) do poder de gestão administrativa do Defensor Público Geral, pois a ele cabe representar a instituição, judicial e extrajudicialmente.</p> <p>(B) de um conflito interinstitucional de interesses.</p> <p>(C) da unidade e indivisibilidade da Defensoria.</p> <p>(D) da independência funcional dos Defensores Públicos.</p> <p>(E) da autonomia funcional da Defensoria.</p> <p>94. Se um Defensor Público do Estado de Mato Grosso deixa de promover uma ação por considerá-la incabível ou sem probabilidade de êxito, ele</p> <p>(A) não comete violação a dever funcional algum, porque o Defensor Público tem independência funcional e a prerrogativa de não ser constrangido a agir em desacordo com a sua consciência ético-profissional.</p> <p>(B) comete violação a dever funcional, se não solicitar autorização prévia ao Defensor Público Geral.</p> <p>(C) comete violação a dever funcional, se não obtiver a concordância prévia do usuário do serviço da Defensoria, que tinha interesse no ajuizamento da ação.</p> <p>(D) pode ser obrigado pelo Defensor Público Geral, que é o chefe da instituição, a ajuizar a ação.</p> <p>(E) não comete violação a dever funcional algum, porque o Defensor Público tem autonomia funcional em relação ao Defensor Público Geral.</p>
<p style="text-align: center;">Organização da Defensoria Pública</p> <p>91. A Defensoria Pública do Estado de Mato Grosso dispõe de</p> <p>(A) iniciativa legislativa para propor a política remuneratória da instituição, devendo a proposta ser encaminhada ao Poder Legislativo pelo Conselho Superior.</p> <p>(B) iniciativa legislativa para propor o seu orçamento e a criação de cargos e serviços, mas a política remuneratória só pode ser objeto de proposta ao Poder Legislativo de iniciativa do Governador, pois a ele cabe zelar pela observância da lei de diretrizes orçamentárias.</p> <p>(C) autonomia funcional e administrativa, mas não possui iniciativa legislativa.</p> <p>(D) iniciativa legislativa restrita ao encaminhamento de sua proposta orçamentária.</p> <p>(E) iniciativa legislativa para propor, além do seu próprio orçamento, a criação de cargos e serviços, devendo a proposta ser encaminhada ao Poder Legislativo pelo Defensor Público Geral.</p>	<p>95. O Defensor Público Substituto do Estado de Mato Grosso NÃO possui</p> <p>(A) o direito a férias, antes de ser confirmado na carreira, após cumprido o estágio probatório.</p> <p>(B) a garantia da irredutibilidade de seu subsídio.</p> <p>(C) a prerrogativa da independência funcional.</p> <p>(D) a garantia da inamovibilidade.</p> <p>(E) a prerrogativa do foro especial junto ao Tribunal de Justiça.</p>



Língua Portuguesa, História e Geografia

Atenção: As questões de números 96 a 98 referem-se ao texto seguinte:

Valores éticos

Não há julgamento sem o concurso de juízos, de valores aceitos como consensuais para as partes envolvidas. Mas que valores são esses, originários de uma plataforma qualificada como ética? Não nascem do espaço, nem do arbítrio de alguém: são valores legitimados em experiências comuns. Mais do que limites aceitáveis, são balizas de conduta, estabelecidas segundo o critério de uma escolha coletiva, que implica a aceitação do juízo alheio a partir de sua identificação com o meu juízo, e vice-versa. A ética é um movimento de valores reconhecidos por mim, por ele, por você. Ao aceitar esses valores, estamos todos aceitando nossa condição de semelhantes. Não é um mau começo para a dinâmica da vida social.

(Adalberto Moura de Castilho, inédito)

96. Está clara e correta a redação deste livre comentário sobre o texto:
- (A) Acredita-se que a ética como primeiro passo, depende de aceitar-se o outro enquanto nosso semelhante, a partir do qual ela se estabelece.
 - (B) Julga o autor que a efetiva aceitação do outro como nosso semelhante seja um ótimo primeiro passo para o estabelecimento de uma ética.
 - (C) Uma ética pode ser bem estabelecida enquanto julgarmos ser o outro o nosso semelhante, razão pela qual isso se deve efetivar com um passo.
 - (D) Para que ocorra o advento de uma experiência ética faz-se mister que o outro se torne nosso efetivo semelhante, sendo o primeiro passo.
 - (E) Conforme o autor, um passo essencial para o advento de uma ética esteja na possibilidade de darmos um passo no reconhecimento do outro.

97. Atente para as seguintes afirmações:
- I. Os valores consensuais acabam tornando-se éticos com o tempo, por conta de convenção criada no interior de uma comunidade.
 - II. Uma vez que nos reconhecemos como semelhantes, estamos aptos a promover julgamentos, a partir dos quais se fixa uma ética.
 - III. Todo valor reconhecido como ético supõe o consenso, o reconhecimento recíproco dos que o legitimam como critério.

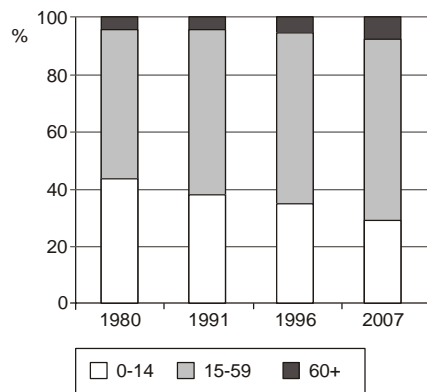
Em relação ao texto, está correto o que se afirma SOMENTE em

- (A) II e III.
- (B) I e II.
- (C) I.
- (D) II.
- (E) III.

98. Estão plenamente observadas as normas de concordância verbal na frase:
- (A) À formação mesma dos valores éticos correspondem, em qualquer época, a crença de que se estabilizarão para sempre.
 - (B) A dinâmica de múltiplos valores, aceitos por nós todos, constituem a base ética que funciona como referência comum.
 - (C) Estão nos limites aceitáveis da conduta a garantia de um balizamento ético que torna mais equilibrado o convívio entre todos.
 - (D) Não se forma juízos, nem se estabelece valores a partir do nada: são as experiências comuns a base de toda ética.
 - (E) Não se credite aos valores éticos a qualidade das coisas permanentes: eles estão sujeitos à dinâmica da cultura.

99. Considere o gráfico apresentado a seguir.

Mato Grosso – Distribuição da população por grandes grupos etários (%)



(IBGE)

A leitura do gráfico e os conhecimentos sobre a dinâmica populacional do estado do Mato Grosso permitem afirmar que, no período entre 1980 e 2007,

- (A) a evolução dos grupos etários, sobretudo o de crianças e jovens está diretamente relacionado à melhoria das condições de vida da população nascida no estado.
- (B) o decréscimo do grupo etário de 0 a 14 anos mostra a importância das políticas públicas de controle de natalidade estabelecidas pelos governos estadual e federal.
- (C) a distribuição dos grupos etários reflete o forte peso dos migrantes adultos no conjunto da população do estado e, também, a tendência ao envelhecimento da população.
- (D) o expressivo aumento da faixa etária acima dos 60 anos reflete as boas condições de vida devido à regular distribuição de renda entre a população.
- (E) o acentuado decréscimo do grupo etário de 0 a 14 anos torna a posição do estado singular frente às outras unidades da federação.

100. Considere os seguintes fatos históricos:

- I. Somente em meados do século XVIII os primeiros europeus penetraram no espaço matogrossense em busca de indígenas para aprisionar e escravizar.
- II. Na segunda década do século XVIII um bandeirante descobriu grandes reservas de ouro às margens do rio Coxipó; ainda na mesma década foi fundado um arraial que daria origem à atual Cuiabá.
- III. Na segunda metade do século XIX, o território de Mato Grosso sofreu os efeitos da Guerra do Paraguai; algumas cidades foram destruídas pelos soldados paraguaios.
- IV. No final do século XIX ocorreu a primeira tentativa de divisão do Mato Grosso com o surgimento do território de Guaporé; o movimento separatista foi frustrado.
- V. Ao longo do século XX, houve a fragmentação do território matogrossense, dando origem a novas unidades político-administrativa: primeiro foi Rondônia e, posteriormente, o Mato Grosso do Sul.

Está correto SOMENTE o que se afirma em

- (A) III, IV e V.
- (B) I, II e III.
- (C) I, II e IV.
- (D) I, III e V.
- (E) II, III e V.